

Brasil pagará juros atrasados mas pretende novo empréstimo

JORNAL DO BRASIL

Sônia D'Almeida — 13/2/87

BRASÍLIA — O governo brasileiro aceita pagar parte dos juros atrasados da dívida externa — que já somam US\$ 8 bilhões — em 1991 e 1992, desde que os bancos concedam um empréstimo nesse mesmo valor. Uma parcela do novo empréstimo seria paga nos próximos dois anos. Para isso, o governo tem uma reserva adicional que o país poderá desembolsar anualmente, dentro do limite de sua capacidade de pagamento. A proposta foi apresentada ao comitê assessor dos bancos credores, na semana passada, em Nova Iorque, revelou ontem o principal negociador da dívida brasileira, embaixador Jório Dauster.

A operação regularizaria a situação brasileira. Dessa forma o país deixaria de ser considerado inadimplente. A parte do empréstimo que não for paga será incorporada ao total da dívida e negociada nas mesmas condições propostas para o débito global, ou seja, trocada por papéis com prazos de vencimento de 15, 25 ou 45 anos. O embaixador Jório Dauster está convencido de que se os credores aceitarem as condições propostas pelo governo brasileiro, a dívida do país estará praticamente quitada em 20 anos.

A razão do otimismo é, segundo Dauster, o desejo que muitos têm de receber seus créditos antes dos prazos previstos nestes papéis. Dessa forma, terão de participar dos leilões trimestrais de resgate de dívida, sujeitando-se a um desconto no valor original do débito. Além disso, muitos bancos deverão se interessar também em converter parte da dívida em ações de empresas estatais a serem privatizadas. Dauster revelou ainda que o governo deverá regulamentar em breve a conversão de dívida em investimentos diretos. Nestes dois casos, os bancos também terão de ir a leilão e se sujeitar aos descontos desses papéis. “O Brasil não vai precisar de 45 anos para pagar esta dívida”, garantiu o embaixador.

Frisando que o governo não pretende impor nenhuma redução de dívida, já que os descontos nos títulos brasileiros serão determinados por mecanismos de mercado, Dauster assegurou que a única condição imposta aos credores é a de que se respeite a capacidade de pagamento do país. “Em nenhum momento nessas



Dauster: negociação difícil

negociações o Brasil deixou de reconhecer o valor global do seu débito. O que não podemos é comprometer a capacidade de pagamento do país”, afirmou. Os credores, porém, segundo Dauster, podem ficar tranquilos quanto à disposição do governo de pagar “o possível” dentro dos limites de sua capacidade de pagamento. “O valor mínimo que o Brasil poderá remeter a cada ano aos credores estará estabelecido em contrato”, adiantou.

Projeções — O risco deste compromisso não ser cumprido foi afastado pelo embaixador. Isto porque, segundo ele, as projeções de pagamento para os próximos anos foram feitas com base em estimativa “muito modesta” de crescimento da economia. Está previsto que nos próximos cinco anos a remessa de recursos ao exterior para pagamento de dívida será muito pequena. A partir daí, elas serão cada vez maiores. Dentro de sete a nove anos, com a economia normalizada, os pagamentos atingirão níveis mais altos.

As projeções de pagamento para os próximos anos estão condicionadas, porém, à entrada efetiva do empréstimo de US\$ 2 bilhões solicitados ao Fundo Mo-

netário Internacional (FMI) e ao reassonamento da dívida de US\$ 17 bilhões com o Clube de Paris, que reúne os credores oficiais. O Brasil quer limitar a US\$ 500 milhões o pagamento anual de juros e principal da dívida com o Clube, que hoje atinge US\$ 2 bilhões. Se não obtiver sucesso nessas negociações, a capacidade de pagamento aos bancos privados será reduzida ainda mais. O secretário de Política Econômica do ministério da Economia, Antônio Kandir, estima que se nos próximos anos o governo conseguir manter um superávit primário de 0,7% do PIB, o país poderá “tranquilamente” pagar sua dívida dentro dos moldes propostos. Se, no entanto, a economia crescer mais que o previsto, os credores poderão receber acima do combinado.

Plano — O sucesso de toda essa engenharia financeira irá depender, porém da concordância dos bancos credores. O embaixador Jório Dauster informou que ainda hoje deverá acertar com o chefe do comitê assessor dos bancos credores, William Rodes, a vinda de uma missão técnica ao Brasil para avaliar o plano de estabilização econômica e checar os números apresentados pela equipe brasileira na mesa de negociações. Só depois disso será reiniciada uma nova rodada de negociações. Um dos pontos mais difíceis poderá ser a proposta relacionada aos papéis de prazo de 45 anos. A sugestão brasileira é de que os juros pagos por esses papéis sejam prefixados durante todo o período do contrato, com base na taxa média de mercado dos seis meses anteriores à assinatura do acordo. Esses juros serão incorporados ao principal da dívida, de forma automática, sempre que seu montante exceder a capacidade de pagamento do país.

Já a dívida do setor privado — cerca de US\$ 9 bilhões — passaria daqui por diante a ser paga normalmente, não precisando mais ser depositada no Banco Central. O devedor poderá ir ao mercado e adquirir os dólares a serem remetidos diretamente ao credor. Apenas os depósitos já efetuados continuarão retidos, negociados dentro das condições globais proposta para a dívida do setor público.